

PARA DAR ENTRADA COM O PROCESSO JUDICIAL PARA CONCESSÃO DE AUXILIO EMERGENCIAL:

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS: TODOS OS DOCUMENTOS DEVEM SER ENCAMINHADOS POR E-MAIL NO FORMATO PDF, TAMANHO ATÉ 1,5 MEGA.

E-mail: auxilioemergencial@jfal.jus.br

1-RG- DOCUMENTO DE IDENTIDADE.

2-CPF.

3- COMPROVANTE DE RESIDÊNCIA EM NOME PRÓPRIO OU, SENÃO TIVER, DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA, SOB AS PENAS DA LEI, DEVERÁ SER ASSINADA E DATADA.

4-COMPROVANTE DO PEDIDO- PRINT DO APLICATIVO DA CAIXA-DATAPREV.

5-CARTEIRA DE TRABALHO, COM A FOTO, OS DADOS PESSOAIS E ONDE CONSTE O ÚLTIMO VÍNCULO EMPREGATÍCIO E O DESLIGAMENTO.

6- PETIÇÃO INICIAL (modelo abaixo)

- Preencher a PETIÇÃO INICIAL ANEXA COM TODOS OS DADOS e enviar por e-mail JUNTAMENTE COM OS DOCUMENTOS.

PETIÇÃO INICIAL: MODELO

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) JUIZ(A) FEDERAL DO JUIZADO ESPECIAL DA SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MACEIÓ.

NOME DO AUTOR:

Endereço: RUA:

BAIRRO:

CIDADE:

CEP:

CPF:

RG:

Estado Civil:

Profissão:

Tel / Whatsapp:

E-mail:

O autor acima qualificado vem à presença de Vossa Excelência ajuizar AÇÃO DE CONCESSÃO DE AUXÍLIO EMERGENCIAL, em face da UNIÃO FEDERAL, com Procuradoria neste Estado de Alagoas, situada na Praça Dom Pedro II, 16 - Centro, Maceió - AL, 57020-130, CAIXA ECONÔMICA FEDERAL, com endereço neste município, e a DATAPREV pelos fatos que passa a expor:

DOS FATOS:

A parte autora, por meio de aplicativo disponibilizado pela Caixa Econômica Federal, realizou seu cadastro, para fins de recebimento do Auxílio Emergencial, já que encontra-se desempregado.

Seu pedido foi negado, pelo seguinte motivo:

CONTAR AQUI O QUE ACONTECEU, PORQUE O AUXILIO EMERGENCIAL FOI NEGADO E DIZER PORQUE VOCÊ TEM DIREITO AO BENEFÍCIO.

CONTE SUA HISTÓRIA, TUDO QUE ACHAR IMPORTANTE PRECISA ESTAR EXPLICADO AQUI:

Inconformado com o resultado, o (a) Autor(a) não teve qualquer meio disponível para recorrer da decisão, não havendo outra alternativa senão buscar amparo judicial.

DOS PEDIDOS:

- a) A concessão da gratuidade da justiça;
- b) O deferimento do pedido de TUTELA ANTECIPADA, em razão de estar desempregado e sem renda, passando por dificuldades;
- c) A citação dos Réus, para que respondam a presente demanda, no prazo legal, sob pena de revelia;
- d) Que Vossa Excelência julgue PROCEDENTE A PRESENTE AÇÃO, condenando os Réus a concederem o auxílio emergencial, que trata a lei nº 13.982/2020, ao autor,

referente às 3 (três) parcelas previstas em lei, e mais quantas forem concedidas em caso de extensão do auxílio, monetariamente corrigidas desde o respectivo vencimento e acrescidas de juros legais e moratórios, incidentes até a data do efetivo pagamento;

e) A produção de todas as provas admitidas em direito;

f) Por fim, manifesta o interesse na realização de audiência conciliatória, nos termos do artigo 319, VII, do CPC.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.800,00 (mil e oitocentos reais) relativos às 3 (três) parcelas de R\$ 600,00 (seiscentos reais) instituídas na lei.

Maceió, _ DE __ DE 2020.

NOME DO AUTOR: